

Credor quer definição antes da posse

Ademar Shiraishi

Ninguém quer arrebentar a corda. Nesse ponto, existe consenso entre o governo brasileiro e os credores externos. Mas os bancos internacionais não querem deixar a dívida externa brasileira pendente até o início do próximo Governo, em março de 1990. O incômodo dos credores vai ganhar destaque no âmbito da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, que começa no final desta semana.

Na próxima quarta-feira, o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, volta a discutir com os membros do comitê de assessoramento dos bancos credores fórmulas para que o Brasil possa pagar os juros atrasados desde julho último e, principalmente, os US\$ 2 bilhões que vencem este mês. Mas a reunião desta segunda não deverá ter qualquer resultado concreto.

Por isso, devedor e seus credores continuam a pressionar o FMI para que o seu diretor-gerente,

Michel Camdessus, tome a decisão política de sinalizar ao comitê dos bancos do encaminhamento favorável do acordo "stand by" com o Brasil, até o início de outubro. O Governo brasileiro argumenta que a economia brasileira registra comportamento condizente com a transição política, a dois meses das eleições presidenciais: inflação elevada, mas estável; crescimento da produção industrial, com mais importações e emprego, e manutenção do superávit comercial de US\$ 1,4 bilhões ao mês.

Importações

Os credores sempre têm mais a perder do que o devedor com a persistência da moratória técnica. Sem atitude de confronto do Governo brasileiro, os bancos não têm motivos para cortar as linhas de créditos comerciais e interbancários de curto prazo, que têm a remuneração paga em dia. Assim, as linhas comerciais e as reservas cambiais atingem de US\$ 6 bilhões afastam o risco de estrangulamento das importações essenciais, neste final de Governo.

O Brasil já emitiu claros sinais de que rejeita a moratória por sim-

plex questão de postura política, ao colocar em dia os US\$ 800 milhões de encargos devidos ao Clube de Paris, autorizar as remessas de US\$ 25 milhões para pagamento de passagens das companhias aéreas estrangeiras e até o envio de US\$ 17 milhões, somente este mês, de dividendos das subsidiárias das empresas multinacionais.

O diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, reitera que o Brasil pretende manter o clima de "entendimento construtivo" com a comunidade financeira internacional. Mas tudo será levado em banho-maria, até março de 1990. O secretário para Assuntos Internacionais da Fazenda, Sérgio Amaral, explica que só o próximo Governo, a partir da definição de programa econômico de médio prazo, poderá tirar proveito de mecanismos não convencionais de reescalonamento da dívida, a começar pela redução do estoque e dos serviços.

Rapidez

Para evitar o vácuo de seis meses, o Brasil e os credores querem a aprovação rápida do acordo "stand by" pelo FMI para que o governo

Sarney ainda possa tomar dinheiro novo do próprio Fundo, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros organismos oficiais.

Em janeiro, já com o novo presidente eleito, o atual e o próximo Governo poderão até acertar o encaminhamento comum das negociações para os bancos credores liberarem US\$ 600 milhões de dinheiro novo. Desta forma, as partes não teriam que esperar até março para discutir as novas alternativas de refinanciamento da dívida externa, abertas pelo México e pelas Filipinas dentro do Plano Brady.

É nesse sentido que a Fazenda e o Banco Central patrocinam o treinamento de núcleo de 15 técnicos que se dedicam, exclusivamente, ao estudo permanente das diversas questões que envolvem a dívida brasileira. Sob a coordenação do ex-diretor de operações externas do Banco do Brasil, José Sousa Santos, o grupo de especialistas asseguraria, se o presidente eleito aceitar, a continuidade da renegociação da dívida, pelo menos sob o aspecto técnico-operacional.